

AÇÕES AFIRMATIVAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO DE UMA PESQUISA EM REDE

AFFIRMATIVE ACTIONS AND POSTGRADUATE STUDIES IN EDUCATION: BUILDING THE THEORETICAL FRAMEWORK FOR A NETWORK RESEARCH TITLE

Resumo: O presente artigo se produz a partir de experiências acadêmicas das autoras, em suas respectivas instituições, a saber, Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS), assim como de suas experiências coletivas entre essas duas instituições na construção em rede do Projeto aprovado sob coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) envolvendo ainda o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB/MS. O tema do Projeto conduz as autoras à aproximação com atividades que envolvam referencial teórico mobilizado na produção do estudo, possibilitando o desenvolvimento de suas pesquisas de tese e dissertação. O evento em questão se configura em oportunidade de produção de conhecimentos em coletividade, versando sobre processos de subjetivação daqueles considerados "diferentes" (os outros), mobilizando temas como racismo, machismo, homofobia e capacitismo, contribuindo com o envolvimento e feitura das pesquisas que estão sendo encaminhadas pelas autoras.

Palavras-chave: Subjetividades. Interseccionalidades. Educação. Ações afirmativas.

Abstract: This article is based on the authors' academic experiences at their respective institutions, namely the Federal University of Sergipe (UFS/SE) and the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS/RS), as well as their collective experiences between these two institutions in the network construction of the Project approved under the coordination of the Graduate Program in Education at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUC/RS), also involving the Graduate Program in Education at the Catholic University Dom Bosco - UCDB/MS. The theme of the Project leads the authors to approach activities that involve theoretical frameworks mobilized in the production of the study, enabling the development of their thesis and dissertation research. The event in question constitutes an opportunity for collective knowledge production, addressing processes of subjectivation of those considered "different" (the others), mobilizing themes such as racism, sexism, homophobia, and ableism, contributing to the involvement and execution of the research being carried out by the authors.

Keywords: Subjectivities. Intersectionalities. Education. Affirmative actions.

Débora dos Reis Silva Backes¹

Marinês Castro Lemes²

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Sergipe-PPGED/UFS, Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e-mail: debsilvabac@gmail.com, São Cristóvão (SE), Brasil.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEDU/UFRGS, Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e-mail: marinescastrolemes@gmail.com, Porto Alegre (RS), Brasil.

CAMINHOS QUE SE DESENHAM: PASSOS QUE SE FIRMAM

O Seminário promovido pela Linha de Pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação desenvolvido em abril de 2024, no auditório da Geografia, Didática 02, na Universidade Federal de Sergipe se constituiu na promoção de momentos de reflexões, questionamentos e coletivização de experiências entre os convidados, docentes e discentes. problematizando os mecanismos de poder que produzem as subjetividades, o ordenamento social e a violência racial sofrida pela população negra em diálogo com a Educação.

Por certo, é necessário afirmarmos que, segundo diferentes perspectivas teóricas, o sujeito é resultado, ou melhor, efeito, das práticas de poder. Essas práticas se efetivam no contexto do racismo estrutural e toda a sua capilaridade presente nas práticas sociais, assim como nas múltiplas discursividades, dentre tantos outros espaços de constituição da experiência de colonização dos corpos e das subjetividades. Tais elementos, por sua vez, sinalizam a possibilidade de compreendermos as configurações a partir das quais a constituição do sujeito é marcada nas experiências racistas, homofóbicas, sexistas e capacitistas a partir dos contextos social e histórico.

Discursos circulantes nas mídias e muitas vezes em instituições educativas (formais ou não formais) informam concepções essencialistas a respeito das populações negras. As categorizações advindas destas perspectivas atribuem às características fenotípicas qualidades morais e cognitivas distribuindo-as hierarquicamente. Nesse mecanismo, os marcadores de raça, de gênero e de classe social estão intersectados num jogo em que atuam o preconceito, o racismo e a discriminação.

Em estado de alerta diante de ideias concebidas e aprovadas, forjadas e nutridas no seio heterocispatriarcal branco sadio cristão ocidental, os participantes se disponibilizaram a experimentar a proposta constituída na percepção ao entorno social ao que a própria Linha de Pesquisa está inserida, de modo a potencializar experiências de corpos em processo que se produzem e se conduzem por entre os esmorecimentos produzidos pelo sistema hegemônico.

A aproximação das autoras desse estudo com os temas suscitados no evento compõe uma experimentação científica e político-afetiva, pela condução a possibilidades de pensar sobre e por entre as configurações que persistem na sociedade brasileira, movimento esse essencial à condução de pesquisas que pleiteiem as políticas de ações afirmativas tanto enquanto efeito quanto produtor de subjetividades e de

epistemologias contra-hegemônicas.

Pensando em mobilizar momentos de partilha e construção de epistemologias junto aos discentes, docentes, palestrantes e participantes, o Seminário da Linha de pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional se implementou também em momento de analisarmos sobre a Educação que estamos produzindo, reproduzindo e refletindo em nossos fazeres.

Ao nos comprometermos com o Projeto¹ Alteridades na Pós-Graduação em Educação, buscamos por narrativas que não foram contadas, que, marginalizadas e jogadas na lixeira histórica, constituem ausências que produzem discursos nutrientes de expropriações de determinados grupos da vida econômica e social, subalternizando-os e lhes roubando a possibilidade de falar de si, de sua cultura e de seus conhecimentos. Adentramos as brechas de um sistema

hegemônico que sequestra conhecimentos, validando-os como tais somente ao passar pelos crivos acadêmicos, ao serem usurpados.

Confrontos que serão possíveis no caminhar desse Projeto com feita produzida pelas mãos de quatro instituições educacionais do país, de cantos diferentes, de realidades diferentes. Nos encaminhamentos da proposta do Seminário, expandimos as discussões a serem mobilizadas em nossas pesquisas, sendo para nós primeiramente necessário registrar nossas cosmopercepções a respeito das experiências.

INTERSECCIONALIDADES E PRODUÇÃO DE CORPOS

Esta seção se desenvolve através das temáticas abordadas pelos convidados do Seminário da Linha de Pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Palestras desenvolvidas nos dias 03, 10 e 17 de abril de 2024, no auditório do Programa de Pós-Graduação da Geografia, Didática 02, Universidade Federal de Sergipe, campus São Cristóvão, Sergipe, tendo como organizadores a Profa. Acassia dos Anjos Santos Rosa, Prof. Clívio Pimentel Júnior e os pós-graduandos da disciplina Seminários II do citado Programa, com coordenação do professor Renato Izidoro da Silva. A seguir, a

¹ O Projeto Alteridades na Pós-Graduação em Educação "Trajetórias educativas de discentes e egressas(os) de Programas de Pós-Graduação em Educação na perspectiva da interseccionalidade", é um estudo sobre aspectos étnico-raciais ou de gênero na constituição do corpo discente da pós-graduação stricto sensu, iniciativa em rede que vem buscando acompanhar as trajetórias de estudantes de mestrado e doutorado auto declaradas(os) negras(os), indígenas e LGBTQIAPN+ que estão em curso a partir do ano de 2022 até 2024; além de egressas(os) de entre os anos de 2017 até 2022, junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação da PUC/RS (instituição que coordena o Projeto), UFS, UFRGS e UCDB/MS. Entre as pesquisas envolvidas estão a dissertação e tese das autoras desse presente artigo. O Projeto Alteridades na Pós-Graduação em Educação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/RS e recebeu o parecer consubstanciado sob o número 6.997.096 assinado no dia 10 de agosto de 2024.

escrita desenvolve-se abordando as discussões propostas por cada palestra e respectivos convidados.

Tema/Título da palestra: Estruturação das bases do capitalismo na formação da nação brasileira: racismo, epistemicídio e ações afirmativas

Convidado: Prof. Carlos Alberto Santos de Paulo / Universidade Federal do Recôncavo Bahiano (UFRB)

Abordando questões relacionadas ao *modus operandi* da Educação forjada no eurocentrismo, a fala do prof. Carlos nos alerta para a necessidade de tensionar a relação poder/ saber ocidental/eurocentrado, a partir do enfrentamento aos padrões hegemônicos que vêm sendo conduzidos pela ideia de divisão binária de mundo, produtores de exclusões por meio de uma lógica do poder que se estrutura para segregar o que não atende ao padrão da normalidade.

Ao serem expulsos da esfera do humano e produzidos na condição de "o outro" os povos latino-americanos se constituíram em elemento determinante da expansão desse ideal eurocentrista e para o estabelecimento do sistema moderno-colonial, aperfeiçoado com as bases do capitalismo industrial e com fundamentação racista.

Mobilizando autoras e autores como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Alberto Guerreiro Ramos, Carlos expôs uma

estrutura capitalista heteropatriarcal racista ao esquadrihar o projeto desse sistema que vem promovendo ausência de acesso à Escola, invisibilidade cultural e epistêmica nos processos de aprendizagem, dificultando as relações de identificação e pertencimento do indivíduo com o espaço de saberes, desqualificando individual e coletivamente o negro como sujeito cognoscente.

Enquanto elemento dessa conjuntura, o epistemicídio se institui como dispositivo que se consagra na invalidação dos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da negação ou invisibilização de suas contribuições intelectuais versando entre os elementos racistas que pavimentam o pensamento brasileiro, com suas raízes históricas fincadas nas primeiras tentativas de interpretação da formação da sociedade e de seu perfil enquanto nação.

Sueli Carneiro (2005) se refere a esse mecanismo de formas de sequestro ou assassinato da razão que corresponde a uma prática mantida no Brasil por meio de outros mecanismos, como, por exemplo, a obstrução à educação, à saúde de qualidade, ao saneamento básico e ao entretenimento. Tal processo recai sobre a classe menos favorecida do Brasil, mas, no caso da população negra, recebe um agravante que é a estereotipação, a assimilação com o crime, entre outras forças de poder impressas veladamente.

O Estado produz um aparelho

burocrático com mecanismos especializados em dificultar o acesso da população negra e mestiça aos seus direitos em relação a uma vida digna, ora pelas relações institucionais formalizadas (racismo velado), ou pela imposição da truculência engendrada pelo próprio Estado Brasileiro (ação policial) e ainda reproduzindo, de forma institucionalizada, as péssimas condições para estas populações residentes nas regiões periféricas da sociedade.

As considerações suscitadas na fala de Carlos pensam o capitalismo enquanto promotor da desigualdade, produtor da norma que atribui responsabilidades individuais, amparado em processos históricos de múltiplas e abrangentes assimetrias na distribuição da riqueza, conjuntura na qual a ciência se coloca como instrumento para o movimento de expansão e colonização moderna.

Dominação, relações de poder e os cenários das ações afirmativas na universidades brasileiras

Verificar e acompanhar formas de dominação pela produção de discursos de verdade e saberes que são hierarquizados em detrimento de outros, se alinha ao percurso da pesquisa que está sendo produzida, compondo a tese junto ao Projeto Alteridades na Pós-Graduação em Educação (Projeto guarda-chuva que tem como título "Trajetórias educativas de discentes e

egressas(os) de Programas de Pós-Graduação em Educação na perspectiva da interseccionalidade"), no sentido de perceber como tais elementos se enredam tornando precarizado o acesso à universidade para as populações vulnerabilizadas.

Problematizando sobre a permanência dos estudantes que ingressam por ações afirmativas, importante ressaltar que nas universidades ocidentalizadas, segundo Grosfoguel (2016), as epistemologias e conhecimentos produzidos por pessoas oriundas de regiões localizadas fora do ocidente são consideradas inferiores. Nesse sentido, políticas de ampliação do acesso ao ensino superior podem não produzir resultados revolucionários quando não acompanhadas de mudanças nos conteúdos epistemologicamente eurocentrados.

Complexificar a estrutura de opressão perpetrada pelo racismo no Brasil, identificando as raízes históricas que lhe deram sustentação e propiciaram a cristalização desse elemento pode nos conduzir a pensar sobre e por entre as configurações que persistem na sociedade brasileira.

Assim, devido a sua operacionalidade para o capitalismo brasileiro, o racismo se produziu enquanto alicerce da sociedade brasileira, por favorecer o processo de dominação e acumulação de capital da burguesia, entre meados do final do século XIX e final do século XX, por meio de

projetos de identidade nacional constituídos nesse período. Conhecer e produzir epistemologias sobre tal processo viabiliza perceber os instrumentos que mantêm essa estrutura social e as formas sob as quais mobilizam-se político-ideologicamente os indivíduos e os grupos sociais privilegiados por essa configuração.

O mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a manutenção de todo o conjunto de estereótipos sobre os aspectos intelectuais e morais sobre a população negra que vinha desde o período colonial, modernizados através do determinismo racial, tornaram-se a base da ideologia racial brasileira no transcorrer de boa parte do século XX. Tal cenário produziu um aspecto ímpar ao racismo no Brasil, denominado de racismo à brasileira.

Ao mobilizar estudos de Charles Mills, Carlos ressaltou aspectos do Contrato Racial enquanto composição de acordos formais ou informais, por meio do qual a branquitude escorre se desenhando não como uma cor, mas um conjunto de relações de poder. Mills defende ser graças às circunstâncias históricas de dominação colonial por povos europeus na modernidade que estes e seus descendentes estabeleceram e mantêm privilégios com relação aos demais (Mills, 2019).

Dos Santos (2024) ressalta a respeito dessa estrutura excludente e mortal, que tal violência racializada e de gênero, que

impacta desproporcionalmente mulheres negras, se constitui no resultado de uma construção social que se manifesta em diversas esferas, incluindo a institucional perpetuando a marginalização e violência contra mulheres negras, influenciando para o aumento das taxas de homicídios e a perpetuação de um ciclo de violência. A instituição de uma política de morte.

Compreendemos o esquadrinhamento dessa estrutura como essencial para explicitar os aspectos que envolveram e envolvem os processos de formulação e implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil, além de colaborar com as reflexões acerca de suas possibilidades e limites.

Considerando os elementos abordados na fala do Prof. Carlos, mobilizados ao redor do esquadrinhamento de um sistema capitalista fundamentado no racismo, produzido e pulverizado por entre as circunstâncias históricas de dominação colonial, a possibilidade de refletirmos sobre subjetividades e produção de resistências diante tais expropriações tornam-se coerentes e necessárias. Assim, o Seminário seguiu-se com apresentação da segunda convidada do evento: a rapper, poeta, arte educadora e ativista social do Movimento Hip-Hop, Yala Thamires, que mobilizou essa estrutura hegemônica racista patriarcal, destacando o movimento feminino negro e os caminhos históricos de luta e resistência especificamente dentro da arte Hip-Hop.

Tema/Título da palestra: Subjetividades, Educação e Movimento Hip-Hop: Mulheres na Resistência.

Convidada: Yala Thamires Souza Santos / Universidade Federal de Sergipe

Yala iniciou sua fala pontuando a importância de todas as evidências históricas ressaltadas na palestra anterior. Importante delinear que os lugares de pertencimento e representatividade que ela aciona enquanto mulher preta periférica rapper, poeta, arte educadora e ativista social do Movimento hip-hop, comporta uma reconfiguração da trama entre raça e capital, ao fazer emergir novos sujeitos raciais e, com eles, novos antagonismos potenciais.

Prolongando as tensões entre raça e capital, ao pleitearmos lutas antirracistas, na proposta da feitura e condução de epistemologias crias dessas práticas podemos vislumbrar um cenário de composição de subjetivações revolucionárias.

Enquanto movimento cultural contemporâneo, o hip-hop nasce como símbolo de resistência, por sua composição ligada a expressão de rua (considerado território de violência, perigo e criminalidade) como o rap, o break dance e o grafite (Postali, 2020), elementos esses que reconfiguram identidades no confronto ao racismo e violência, reescrevendo a História, de forma criativa, compondo novas pedagogias, no requerimento de corpos e

culturas até então assimilados enquanto subalternos.

As mulheres gradativamente vêm tomando pertencimento desse espaço, buscando maior protagonismo em um cenário dominado por homens, constituindo-se em um lugar em que as mulheres traduzem em suas letras o direito de expressar sobre suas próprias experiências, o que pode ser percebido como elemento que consegue operar enquanto questionamento e problematização da própria construção social de ser mulher.

O modelo patriarcal, importado pela colonização e adaptado à organização latifundiária e escravagista, foi o ponto de partida da história da instituição familiar brasileira. Na família colonial, o patriarca era o detentor das posses, de seu latifúndio, de sua família, agregados e escravos, bem como de sua mulher, propriedade do patriarca. Mercadoria cambiável nos casamentos arranjados, depois de casada, cabia à mulher administrar a casa e servir ao marido como reprodutora. A explicação biológica de que a constituição da mulher era mais frágil e inferior a do homem fundamentava sua posição ocupada na sociedade da época, bastante limitada. A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal rural escravagista foi uma das matrizes de nossa organização social (Narvaz e Tesseler, 2013, p. 97).

Um território de rua não é considerado lugar de mulheres, principalmente ao se pensar o quanto o

espaço doméstico é deliberadamente constituído como feminino e de exercício dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa, onde o cuidado em relação ao outro (no sentido da demanda feminina em gestar, parir, nutrir, educar e cuidar da família e do lar) institui para além de uma função social, uma ética e uma estética que desvaloriza a mulher frente à dimensão pública na possibilidade de desempenhar papéis e funções relacionadas à “rua”, sob pena de desqualificações por subverter o considerado “natural” e moral.

Destaca-se em Machado, Penna e Caleiro (2020): “No contexto histórico no qual foi elaborado o ideal de mulher-mãe, a maternidade era condição *sine qua non* para que a mulher estruturasse sua identidade feminina se reconhecendo como ‘normal’”.

As autoras ressaltam que o processo de construção desse modelo ideal feminino faz-se nas instâncias do social, conduzindo-se através da representação dos corpos, da sexualidade e das relações de gênero, nas quais as relações de poder produzem normas que determinam a condição feminina. Tal construção se configura através dos processos de subjetivação que acontecem cotidianamente.

Contextos de luta e movimento feminino no Hip-Hop sergipano

Ao ressaltar a presença e atuação das mulheres no Movimento hip-hop sergipano enquanto (re)existência, através de suas

experiências, Yala coloca o contexto de dupla jornada e lutas do feminino dentro e fora do movimento, no enfrentamento ao racismo e sexismo.

Infelizmente, não é comum mobilizar tais discussões no ambiente acadêmico, por tratar-se de histórias marcadas por memórias e trajetórias de luta e resistência escritas por mulheres e homens negros que reconfiguram percepções e epistemologias, o que vai de encontro aos saberes hegemônicos eurocentrados majoritariamente presentes nos currículos das instituições superiores.

Ao propor o hip-hop como possibilidade para debater as relações étnico-raciais nos ambientes educacionais promove-se a legitimação de um Movimento produzido na fronteira, na margem, emergindo comunidades, cidades, gentes e culturas apagadas da história.

Quando ressaltamos a importância da história e da ancestralidade da população negra no contexto educacional nos deparamos com a reafirmação da democracia racial e o mito da mestiçagem se compõe para diluir pautas e sequestrar possibilidades de abordar a diferença. Frente à marginalização, violência e apagamentos de grupos excluídos, a poesia e o ritmo delineiam resistências e de militâncias potentes. Trata-se de uma mobilização que começou (e segue) nas ruas e vem conquistando novos espaços.

Pensar na cultura e em como esta adquire novas características através do tempo e se modifica conforme os indivíduos se modificam, é pensar também em educação, e como esta pode ser transformadora e auxiliar para uma cultura decolonial e transgressora. Através da valorização da cultura periférica na educação, pode ser um caminho a se pensar para fortalecimento de identidades, fazendo com que pessoas periféricas se entendam como sujeitos históricos, ou seja, sujeitos que participam da história, que entendem que seu contexto o modificá, que contribuem para mudança do seu contexto, e para a construção da história e da sociedade (Ferreira, 2024, p. 13).

Compondo momentos de abordagem da diferença e processos de produção do diferente (o outro) o ciclo de palestras da Linha de Pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional proporcionou momentos de partilhamento de experiências e conhecimentos que fazem pensar, acompanhar e esquadrihar os mais diversos processos de exclusão e discriminação de modos de existência, abrindo espaços para novos rumos possíveis de enfrentamento.

Enquanto sociedade ocidental somos sustentados sob noções ancoradas em valores patriarcais e raciais, convencionando as desigualdades de representação das identidades sociais, classe, raça, gênero, casta, cor, etnia, origem nacional/regional e orientação sexual. Experiências diversificadas nos compõem, estabelecendo as variadas formas que os sujeitos vivenciam

a discriminação.

A reivindicação por uma educação democrática, como uma das estratégias de combate ao racismo, sexismo, capacitismo e a cisheteronormatividade que agenciam instituições, currículos, comunidades e relações sempre se constituiu em um dos temas centrais das lutas dos movimentos sociais do passado e do presente.

Ao abordar não apenas a presença, como o talento, resistência e protagonismo feminino no Movimento Hip-Hop, Yala comunica as formas pelas quais o sistema capitalista patriarcal se nutre do racismo e misoginia, conjugando existências que cotidianamente lutam pelos direitos que lhe são sequestrados. Mulheres que constantemente são deslegitimadas e marginalizadas, por serem mulheres, negras e muitas por se encontrarem inseridas em grupos sociais vulnerabilizados. Tal abordagem concomitantemente registra as brechas possíveis na feitura de subversões diante das opressões, os modos coletivos de resistir às tentativas de apagamento do povo negro, expondo e esquadrihando do racismo estrutural que vem matando corpos e compondo subjetividades.

Somando-se a proposta do Seminário proposto pela Linha de pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional do PPGED/UFS, a palestra do dia 10 de Abril/2024 segue as discussões aqui abordadas, dessa vez mobilizando o sistema

de saúde e o estigma em relação aos corpos com HIV/Aids, também discutindo a construção de subjetividades a partir da produção histórica de corpos hierarquicamente destituídos inclusive do direito à existência. Assim, segue-se nas próximas linhas dessa escrita as considerações propostas por Mariza Lima de Almeida, servidora pública da área de saúde em Aracaju, Sergipe.

Tema/Título da palestra: SUS e HIV/Aids: ampliação do olhar e diminuição do estigma.

Convidada: Mariza Lima Almeida / SAE - Serviço Ambulatorial Especializado em IST/HIV/aids

Mariza propôs uma abordagem que ressaltou a temática do estigma e preconceito associado ao HIV, sinalizando situações que experienciou e vem presenciando ao longo de sua trajetória profissional.

O Sistema Único de Saúde, cuja força de trabalho é formada majoritariamente por mulheres, realiza o acompanhamento de pessoas que estejam convivendo com o vírus HIV. O SUS aposta que o cuidado é efetivado na micropolítica dos encontros, que amplia a percepção e a escuta para além da norma produtora e reguladora de noções de feminino e masculino, espaço onde o “diferente” não é percebido enquanto ameaça ou problema a ser corrigido, tolerado.

Seguindo articulação discursiva

jornalística, médica e midiática no surgimento da Aids, que legitimou a doença enquanto câncer/peste gay, percebemos um conjunto de desdobramentos que funcionaram para responsabilizar o HIV e a aids à determinados grupos marginalizados. Em consequência, deu-se um processo de moralização, promovendo a exclusão social, estigma e discriminação (mais uma vez, biopoder), revelando, assim, o potencial de colonização através de uma doença.

A singularização do indivíduo produz uma atitude individualista que o torna, de certa forma, independente do grupo e da sociedade. Essa é uma grande falácia e um ledor engano produzido pelo biopoder como mecanismo de sujeição aprimorado. Valoriza-se exacerbadamente a vida privada, mas se infiltra, pelo discurso, na privacidade. Além disso, o olhar do poder sempre está vigilante, produzindo a vergonha e a culpa. Ademais, modelos de família, estilos de vida e atividades domésticas, padrões de comportamento e hábitos específicos que determinam lugares sociais são introjetados e assumidos, violentando e submetendo a singularidade prometida. Nesse viés, a padronização nega a pluralidade e violenta o ser de várias formas. Configura-se, assim, a face mais ardilosa e a maquinaria mais bem desenvolvida do biopoder, que captura modos de pensar e existir a partir do discurso, da linguagem e das práticas sociais, políticas e econômicas (Luz, Schwarz e Rosa, 2022, p. 263).

A associação da Aids com a homossexualidade proporcionou a justificativa para o massacre moral de

peças que subvertem a condição cisheteronormativa. A natureza da Aids, sua dinâmica, abrangência, características específicas e questões morais envolvidas delinearam desafios para o campo do conhecimento e da intervenção, cobrando respostas rápidas e adequadas de impacto efetivo no plano de estratégias de combate ao estigma e suas consequências.

O modelo brasileiro de assistência à saúde ainda é pautado em uma lógica sanitária, afastando-se de um acolhimento efetivo às pessoas em suas singularidades e demandas pessoais, estabelecido em condutas e estratégias de tratamento que desconsideram dimensões políticas dos indivíduos como protagonistas sociais, além do direito destes aos seus corpos e à sua saúde.

As considerações levantadas promovem a possibilidade de pensarmos como a AIDS foi politicamente organizada para cumprir o seu papel de controle dos corpos e das sexualidades. O governo da vida é evidenciado a partir do discurso médico-científico ao coordenar ações dos profissionais de saúde nos serviços de tratamento e nas suas prescrições. Possibilitamos acompanhar como tais produções discursivas sobre HIV/aids derivam de um sistema colonizador que impera lucrar com a subalternidade e assujeitamento de corpos subversivos às normativas morais de sexualidade, gênero e raça (Cazeiro, Leite e

Costa, 2023).

Estigma e produção de corpos "inviáveis"

A estigmatização do HIV/Aids numa paisagem já tão diferenciada daquela do início da epidemia, revela a complexidade da rede de processos que produzem, atualizam e reproduzem estigmas compondo uma malha social de alijamento de determinados grupos e pessoas. Assim, discriminação e preconceito como danos indiretos, pela produção de processos de marginalização social que dificultam o acesso à prevenção e aos cuidados em saúde, constituem um círculo vicioso entre marginalização social e doença que reitera o estigma.

Uma correspondência insurge demonstrando relações de poder envolvidos nos processos de estigma e nas suas repercussões sobre as oportunidades de vida e condições de saúde de pessoas estigmatizadas, nos possibilitando perceber a relação com outras dinâmicas sociais de produção de desigualdade, baseadas em gênero, orientação sexual, cor/raça/etnia e classe social.

Se constituindo em possibilidade para refletirmos sobre a dinâmica de produção e reprodução do estigma relacionado ao HIV/Aids, o momento da palestra buscou contribuir com a proposição em discutir ações eficazes para o seu enfrentamento. O estigma relacionado ao HIV é um dos principais obstáculos para o enfrentamento

da doença. Medo do julgamento, crença de que um diagnóstico positivo para o HIV agrave uma situação de exclusão já vivenciada e outros temores afastam o indivíduo de práticas preventivas, da testagem e do início oportuno do tratamento.

Mariza abordou a importância dos encontros para a efetivação do cuidado em saúde em um serviço especializado no atendimento, não somente para pessoas vivendo com o HIV, como com outras patologias.

Considerando o enfrentamento diante de inúmeras dificuldades nos sistema de saúde, de educação e em outras esferas demonstra-se necessário esquadriarmos as teias e brechas desse sistema reprodutor de exclusões para redimensionarmos e reformularmos ações pela compreensão do que a sociedade espera (e precisa) enquanto função social.

A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Partimos da afirmação de Akotirene (2019) que ressalta a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que se compõe enquanto um instrumento de sobrevivência opondo-se a ideia de modismo acadêmico. As ações afirmativas vêm disponibilizando a possibilidade de reintegração aos povos historicamente

marginalizados aos seus direitos sequestrados.

Borges e Bernardino-Costa (2022) ao desenvolverem uma pesquisa etnográfica para análise implantação das políticas de ações afirmativas para os Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Universidade de Brasília (UnB), sinalizaram tanto as lutas antirracistas e as transformações por elas advindas a partir de sua implementação, quanto também ressaltaram as resistências ao seu sucesso.

Os autores indicaram os elementos envolvidos para a emergência das ações afirmativas na pós-graduação e sua implementação, destacando a relevância da Lei de Cotas na promoção de debates sobre currículo, política de permanência e também sobre a expansão da política de ações afirmativas na pós-graduação, analisando a importância do confronto à colonização mental para desestabilizar o poder hegemônico ao propor multiplicidades em bibliografias e formas de conhecimento, produzindo um fenômeno que os autores nomeiam de "dessenhORIZAR" a academia, refundando instituições de ensino superior que dialoguem com realidades locais, compondo uma relevante crítica à produção de conhecimento e às formas de sua enunciação que têm caracterizado a ciência no Brasil.

Segundo Gomes, Silva e Brito (2021) a partir da implementação das cotas raciais

nas instituições de ensino superior intensificaram-se debates na sociedade brasileira, envolvendo governo, mídia, esfera jurídica, artistas, comunidade acadêmica e movimentos sociais sobre as formas pelas quais o racismo pode ser combatido e, assim, confrontar resquícios de uma democracia racial que persiste rondando o imaginário social.

Experiências acadêmicas a partir do advento das políticas de ações afirmativas revelam também dados sobre desigualdades em relação ao acesso e desafios no processo de permanência da população negra na universidade, expondo fragilidades estruturais a serem observadas e analisadas, também ressignificando a luta por uma Educação democrática e plural nas instituições de ensino superior no Brasil (Gomes, Silva e Brito, 2021).

Bergamaschi e Calazans (2024) em estudo que mobilizou ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisando ingresso e permanência de estudantes negros, quilombolas, indígenas, pessoas surdas e com deficiência, travestis e transexuais, encontraram entre seus resultados que apesar dessa representatividade produzir transformações no mundo acadêmico

Os setores sociais aos quais se destinam as ações afirmativas estão sub-representados no universo estudado – a academia

–, pois, embora se mantenha um percentual acima de 30% de oferta de vagas reservadas, a ocupação não se concretizou em 100% (Bergamaschi e Calazans, 2024, p. 19).

Nas considerações de Auad e Cordeiro (2018), o debate a respeito da democratização dos mecanismos de acesso e permanência não deve ser confundido com a expansão da oferta de educação superior. Assim, não basta expandir as vagas no setor privado e vagas ficarem ociosas, da mesma forma, não é solução aumentar as vagas no setor público e estas continuarem ocupadas majoritariamente pela elite privilegiada.

Os estudos que mobilizam a temática das políticas de ações afirmativas precisam acessar os variados elementos que compõem uma estrutura de resistência à sua implementação, além da necessidade em acompanhar e analisar as desigualdades que se revelam no processo de acesso e de permanência, a invisibilidade em relação aos enfrentamentos dos estudantes no decorrer de suas trajetórias acadêmicas, assim como de considerar as interseccionalidades envolvidas nesse percurso, buscando esmiuçar formas de discriminação (sutis ou não) e seus efeitos, enredados na estrutura de racismo e de sexismo institucionalizados.

Perspectivar a diversidade na pesquisa e pós-graduação, principalmente o campo da Educação, é fundamental para o avanço científico nessa área e para a criação de espaços que proponham soluções mais

efetivas e esquadrinhem possibilidades de resistências inventivas, de modo que é urgente a promoção de formações contra-hegemônicas tanto da formação docente quanto da formação discente.

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE ESGOTAM - ALINHAVOS DE UM PROJETO EM MOVIMENTO

Pensar de forma interseccional mobiliza ruptura com as cisões criadas nesse mundo desigual (Akotirene, 2019), constituindo-se na possibilidade de desmoronar cristalizações sobre as relações sociais. A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões e combatê-las, reconhecendo que às vezes somos oprimidos, entretanto às vezes somos opressores.

A Educação é campo imprescindível a ser pensado enquanto ferramenta que pode reproduzir opressões ou desconstruir as configurações que as sustentam, denunciando um sistema que também tem brechas e pode ser invadido, denunciado e desapropriado de poder e saber.

A busca por esquadrinhar a construção de uma nação que, por lei, atende a uma Educação para todos, entretanto, vem sistematicamente produzindo e reproduzindo exclusões, constitui-se no fio condutor das discussões abordadas no evento proposto, alinhando-se às temáticas abordadas pelas pesquisas em desenvolvimento na nossa

Linha de pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, aproximando-se fortemente dos objetivos a serem alcançados pelas pesquisas de mestrado e doutorado que as autoras estão desenvolvendo na UFRGS e na UFS, estudos esses vinculados ao Projeto Alteridades na Pós-Graduação, estudando ações afirmativas e trajetórias acadêmicas na perspectiva interseccional.

Os caminhos que vêm sendo percorridos por essa pesquisa em rede, envolvendo instituições do nordeste, sul e centro-oeste brasileiro, se ancoram na perspectiva de implementação e ampliação de referencial teórico, encontros, discussões, coleta de dados e o máximo de envolvimento entre as instituições e seus pesquisadores. Produzir e participar do Seminário da Linha de pesquisa Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional, na Universidade Federal de Sergipe, consistiu para as autoras dessa escrita, em um importante momento de integração entre as construções em movimento nas duas instituições públicas envolvidas no Projeto Alteridades (UFRGS e UFS), no qual puderam observar presencialmente os dados já coletados, as percepções produzidas, ampliar o referencial teórico (entre linhas de pesquisa diferenciadas), considerar e analisar o contexto da UFS (instituição anfitriã do evento), construir produções científicas e estabelecer vínculos, implementando

configurações que contribuem para a implementação tanto da dissertação (UFRGS) e da tese (UFS) quanto colaborar com a produção de dados para o Projeto Alteridades no cumprimento de seus objetivos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A interseccional idade nas políticas de Ação AfirmativA como medida de democrAtizAção dA educAção superior. **Eccos Revista Científica**, n. 45, p. 191-207, 2018.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DE CALAZANS, Marcia Esteves. Ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Education Policy Analysis Archives**, v. 32, 2024.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Mana**, v. 28, n. 3, p. e2830401, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.

CAZEIRO, Felipe; LEITE, Jäder Ferreira; COSTA, Andrei Junior da. Por uma decolonização do HIV e interseccionalização das respostas à aids. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33024, 2023.

DOS SANTOS, Antônio Nacílio Sousa et al. “Necropolítica negra”: o pacto da branquitude e a invisibilidade da morte de mulheres negras no Brasil a partir de uma

análise crítica de Cida Bento e Achille Mbembe. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 22, n. 9, p. e6560-e6560, 2024.

FERREIRA, Nathalia Knopp. **Nós marginais**, 2024.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.

LUZ, Rudson Adriano Rossato da; SCHWARZ, Altemir; ROSA, Geraldo Antônio da. As (trans) vestes do humano: pluralidade e assujeitamento histórico. **ETD Educação Temática Digital**, v. 24, n. 2, p. 258-274, 2022.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 1120-1131, 2020.

MILLS, Charles W. **O Contrato Racial**. Cornell University Press, 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; ANNA, Sita Mara Lopes Sant; TESSELER, Fani Averbugh. Gênero e educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **Diálogo**, n. 23, p. 93-104, 2013.

POSTALI, Thífani. A invisibilidade da mulher no hip hop: Uma análise sobre documentários dos anos 2000. **Revista**

Comunicação, Cultura e Sociedade, v. 6, n. 2, p. 032-050, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.